

AS ENFERMEIRAS DE GUERRA DA CRUZADA DAS MULHERES PORTUGUESAS (1916-1919)

Helena da Silva*

Resumo – No seguimento da participação de Portugal na Grande Guerra, as portuguesas foram também chamadas a contribuir para o esforço de guerra, nomeadamente como enfermeiras militares. Neste contexto, a Cruzada das Mulheres Portuguesas aceitou a difícil tarefa de preparar um corpo de enfermeiras de guerra num curto espaço de tempo. Pretendemos conhecer o que foi feito neste sentido pela Cruzada, partindo do percurso de algumas destas mulheres, incluindo alguns dos obstáculos que tiveram de ultrapassar e o que lhes fora então exigido para serem nomeadas enfermeiras de guerra e poderem servir nos hospitais portugueses em França.

Palavras-chaves – Primeira Guerra Mundial; Enfermagem; Enfermeira militar; Corpo Expedicionário Português; Cruzada das Mulheres Portuguesas.

Introdução

Ao contrário dos outros países beligerantes, Portugal encontrava-se desprovido de enfermeiras militares a 9 de Março de 1916, aquando da declaração de guerra da Alemanha. Para fazer face a esta situação, a Cruz Vermelha Portuguesa organizou cursos para preparar enfermeiras para trabalhar nos seus próprios hospitais, tal como a Cruzada das Mulheres Portuguesas¹. Esta organização patriótica surgiu logo depois da declaração de guerra, reunindo um grupo de oitenta senhoras provenientes da elite política, incluindo a Primeira-Dama Elzira Dantas Machado (1862-1942). De certa forma, a Cruzada prosseguia a missão da organização

* Investigadora FCT (IF/00631/2014/CP1221/CT0004) com o projecto *Medical and Healthcare services in the First World War: the case of the Portuguese soldiers during and after the Great War (1914-1960)* no IHC-FCSH-NOVA.

¹ Um outro curso terá começado em Março de 1916, no Hospital Militar do Porto, segundo Ana Isabel Silva, *A arte de enfermeiro: escola de enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, 75-77; Jorge Eurico Gonçalves de Sousa Ferreira, *A missão e a acção dos militares portugueses: da guerra da restauração à grande guerra*, Tese de Doutoramento, Universidade Católica Portuguesa, 2012, p. 173. Consultado em 31/03/2017, <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/12371>.

feminina Pela Pátria, criada em 1914, apoiando os soldados². A Cruzada encontrava-se dividida em diferentes comissões (como a Hospitalar e de Enfermagem) para assistir os soldados portugueses, bem como as respectivas famílias através de diversas actividades³.

A Cruzada sentia que devia responder “(..) ao dever urgente de dar ao Paiz [sic] uma enfermagem de guerra feminina que lave as mulheres da nossa raça da vergonha de serem as únicas dos povos beligerantes que não prestam aos soldados os seus serviços de dedicação e patriotismo”⁴. Para atingir este objectivo, bem como ter os seus próprios hospitais e ambulâncias, a 24 de Junho de 1916, Elzira Dantas Machado, pediu ao Ministro da Guerra, Norton de Matos, que fizesse o necessário para que a Cruzada pudesse usufruir das regalias estipuladas na Convenção de Genebra⁵. Em menos de 10 dias era publicado o decreto que reconhecia a Cruzada como uma associação beneficente como a Cruz Vermelha Portuguesa, como auxiliar dos serviços de saúde do exército e autorizando a utilização do distintivo, da bandeira e do braçal da Convenção de Genebra. Assim, a Cruzada como sociedade de socorros voluntários poderia proceder à recolha, transporte e tratamento de doentes e feridos, ficando o seu pessoal sujeito ao regime militar e sob autoridade do Ministro da Guerra⁶.

Apesar do importante apoio governamental até ao golpe de Estado de 5 de Dezembro de 1917, a preparação de um corpo de enfermeiras de guerra revelou-se uma tarefa árdua e morosa. Neste artigo pretendemos conhecer o percurso de algumas destas mulheres, desde a sua inscrição

² Pasta “Pela Pátria”, LC (Liga dos Combatentes).

³ Cruzada das Mulheres Portuguesas, *Relatório e contas apresentadas à Assembleia Geral de 9 de Março de 1917, Gerência de 1916 a 1917*, Lisboa, s/l, 1917; Luís Sá e Manuela Rêgo (coord.), *Cruzada das mulheres portuguesas*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2016, pp. 9-10.

⁴ “Acta de 20/12/1917”. *Livro de Actas da Comissão de Enfermagem*, f. 12. LC-ACMP-Pasta 7.

⁵ PT AHM DIV/1/35/1298.

⁶ “Decreto 2.493”, *Diário do Governo* n.º 133 (03/07/1916), pp. 663-664. Segundo vários autores, esta situação não terá sido bem aceite pela Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha. Isabel Lousada, “Pela Pátria: A Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916-1938)”, in *Actas do XIX Colóquio de História Militar «100 anos de regime republicano: políticas, rupturas e continuidades»*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar – Ministério da Defesa Nacional, 2011, consultado em 06/06/2012, <https://run.unl.pt/handle/10362/7007>, p. 20; Luís Sá e Manuela Rêgo (coord.), *Cruzada das mulheres portuguesas*, op. cit., pp. 27-32.

no curso de enfermagem, ao serviço nos hospitais do exército português em França. Quais as motivações, como evoluíram e quais os obstáculos até serem ou não contratadas? Partindo de uma análise prosopográfica, veremos também que formação receberam e o que lhes era exigido pela Cruzada. Este artigo foca, apenas, a questão das enfermeiras desta instituição, deixando de fora as que seguiram o curso especial de mutilados de guerra e as da Cruz Vermelha Portuguesa.

Para esta análise, usámos um conjunto de fontes provenientes do que resta do arquivo da Cruzada das Mulheres Portuguesas (ACMP) acessível na Liga dos Combatentes (LC) em Lisboa, assim como diversos documentos do Arquivo Histórico Militar (PT AHM). Infelizmente, não encontramos diários das enfermeiras da Cruzada, se é que alguma delas escreveu as suas memórias da passagem pela Grande Guerra. A situação é bem diferente noutros países, onde continuam a surgir diários de enfermeiras militares, alguns deles adaptados ao cinema⁷.

Apesar do crescente interesse em Portugal pela temática da Grande Guerra, continuam a faltar estudos académicos aprofundados, nomeadamente, sobre a enfermagem e as enfermeiras militares, numa situação que contrasta com o panorama internacional⁸. À excepção de alguns artigos publicados na imprensa, o que aliás é revelador do interesse do público pela temática, o caso das enfermeiras portuguesas na Primeira Guerra Mundial não parece cativar os historiadores, embora existam fontes arquivísticas inéditas. Este desinteresse talvez se deva ao reduzido número de enfermeiras, sobretudo comparado com as estrangeiras, ou ainda ao diminuto impacto no quadro geral do conflito.

⁷ Talvez o caso mais conhecido seja Vera Brittain, *Testament of Youth*, Londres, Orion Publishing, 2014.

⁸ Veja-se entre outros: Christine E. Hallett, *Veiled Warriors, Allied Nurses of the First World War*, Oxford, Oxford University Press, 2014; *idem*, *Containing Trauma: Nursing Work in the First World War*, Manchester, Manchester University Press, 2009; Alison S. Fell; Christine E. Hallett (eds.), *First World War Nursing: New Perspectives*, New York, Routledge, 2013; Véronique Leroux-Hugon, “Les dames blanches”, in *Cornettes et blouses blanches. Les infirmières dans la société française 1880-1980*, dir. Yvonne Knibiehler, Paris, Hachette, 1984, pp. 83-97; Françoise Kern-Coquillat, *Les femmes dans le service de santé pendant la guerre de 1914-1918 en France*. Tese de Doutoramento, Université de Montpellier 3, 2013.

Modelo da enfermeira militar

Embora se constate a ausência de enfermeiras militares portuguesas, as autoridades mostravam-se interessadas em pôr cobro a esta situação, inspirando-se profundamente no modelo das *nurses* militares britânicas, isto é, da “Queen Alexandra’s Imperial Military Nursing Service”⁹. Segundo as informações do Ministério da Guerra português, estas enfermeiras britânicas, solteiras ou viúvas, tinham uma longa formação teórica, seguida de pelo menos três anos de formação prática, com relatórios regulares da enfermeira-chefe (*matron*) que permitiam ao Ministro da Guerra decidir se a estagiária seria admitida como enfermeira militar. No caso português, como era urgente a sua presença e como se tratava do início da enfermagem militar feminina, foi decidido “simplificar e facilitar o recrutamento e a instrução das enfermeiras com o firme propósito, porem, [*sic*] de sucessivamente ir dificultando cada vez mais a entrada neste serviço e melhorando ao mesmo tempo as condições materiais das enfermeiras”¹⁰.

Partindo deste modelo britânico, em Agosto de 1917 foram definidas as condições de formação e contratação das enfermeiras militares do exército português. O recrutamento seria feito através de concurso aberto a mulheres portuguesas ou estrangeiras, sob condição de serem residentes em Portugal desde longa data e de dominarem a língua de Camões. As candidatas, com idades compreendidas entre 21 e 40 anos (limite reduzido a 30 anos em período de paz), deveriam ser robustas, não sofrerem de qualquer doença contagiosa e possuírem o diploma da Comissão de Enfermagem da Cruzada. Caso fossem detentoras de um outro diploma equivalente, teriam de efectuar um estágio, de pelo me-

⁹ Nas fontes portuguesas surgem referências às *nurses* inglesas como se estas fossem um grupo uniforme. Contudo, estas podiam ter uma formação e carreira diferentes. As enfermeiras militares podiam fazer parte da *Queen Alexandra’s Imperial Military Nursing Service*, da *Queen Alexandra’s Royal Naval Nursing Service* ou da *Territorial Force Nursing Service*. Paralelamente existiam as enfermeiras voluntárias semi-formadas da Cruz Vermelha e outras instituições e ainda um grande número de voluntárias sem formação. Christine E. Hallett, *Containing Trauma, op. cit.*, pp. 18-24.

¹⁰ “Carta de A. M. de Matos Cordeiro, director da 2ª Direcção Geral do Ministério da Guerra, para a Comissão de Enfermagem”, em 31/08/1917. LC-ACMP-Pasta 6.

nos um mês, num hospital militar, sob a responsabilidade da dita comissão. Através deste decreto, Bernardino Machado concedia o monopólio da formação das enfermeiras militares à Cruzada. Definia-se, ainda, que as que estavam ao serviço dos hospitais militares ficavam sob a responsabilidade de uma enfermeira-chefe, equiparada a tenente, e que as condições de contratação seriam semelhantes às dos oficiais do exército¹¹. De referir que não havia qualquer restrição relativamente ao estado civil das enfermeiras.

Para conseguir o diploma da Cruzada, as interessadas deveriam seguir os cursos de enfermagem que à instituição competia criar, obter aprovação num exame e fazer um estágio de pelo menos um mês num hospital militar. Segundo o Decreto n.º 3.306, as candidatas deveriam ter o exame de instrução primária do 2.º grau, ou uma educação literária equivalente, bem como um bom comportamento civil e dignidade moral. Seria dada preferência às que tivessem prática de enfermagem em hospitais civis ou militares, que tivessem cursado cadeiras de Medicina ou que tivessem conhecimentos da língua francesa ou inglesa. O programa do curso era elaborado pela Cruzada que ficava também responsável por todas as despesas, comprometendo-se o Ministério da Guerra a fornecer um subsídio de \$50 por dia às enfermeiras estagiárias. Contudo, cabia ao Ministério supervisionar todo o processo, incluindo aprovar o programa, fiscalizar o ensino teórico e prático, nomear, pelo menos, um dos membros do júri do exame e autenticar os diplomas¹². No seguimento da publicação deste decreto, a então secretária da Comissão de Enfermagem, Ana de Castro Osório¹³ (1872-1935), insistia que cabia à Cruzada zelar

¹¹ As enfermeiras nos hospitais de campanha teriam assim direito a transporte, alojamento, alimentação, vencimento, subsídios, subvenções e pensão de reforma como um alferes. “Decreto n.º 3.307”, *Diário do Governo* n.º 139 (21/08/1917), p. 684.

¹² “Decreto n.º 3.306”, *Diário do Governo* n.º 139, (21/08/1917), pp. 683-684.

¹³ Esta escritora desempenhou um papel de destaque na Cruzada, incluindo na Comissão de Enfermagem. Como feminista, defendia o direito de acesso à educação e ao voto. Como patriota e republicana, apoiou a entrada de Portugal na Grande Guerra, insistindo no papel que as portuguesas podiam desempenhar no conflito, nomeadamente como enfermeiras. Leia-se Célia Carmen Cordeiro, *Ana de Castro Osório e a Mulher Republicana Portuguesa: veículo de Regeneração da Nação e de Preservação da Identidade Nacional*, Lisboa, Fonte da Palavra, 2012.

pela disciplina das enfermeiras¹⁴. Estava assim definido o modelo da enfermeira militar portuguesa, que seria diplomada pela Cruzada, através da Comissão de Enfermagem.

As comissões de enfermagem

Para preparar as enfermeiras de guerra, a primeira Comissão de Enfermagem, presidida por Maria Isabel Guerra Junqueiro de Mesquita Carvalho, pretendia criar uma “escola modelar de enfermagem”. Assim, a 1 de Maio de 1917, foi aberto um curso de enfermagem no Hospital de S. José, organizado e dirigido pelos médicos Luís Otolini, José Sabino Pereira e Fernandes Cabral. A formação compreendia uma parte teórica, que incluía noções de Anatomia e Fisiologia, e uma parte prática sobre pensos, drenos, curativos, anestesia, entre outras noções a serem adquiridas nas enfermarias ou no banco¹⁵. Para além das três lições semanais, que decorriam às terças, quintas e sábados, havia palestras semanais sobre enfermagem. As trinta e quatro senhoras que se mostraram interessadas em frequentar este curso seriam submetidas a uma inspecção médica¹⁶. As informações sobre esta formação são limitadas e desconhecemos se outros cursos decorriam sob a protecção desta Comissão de Enfermagem. Contudo, em 1918, o curso de enfermagem que funcionava no Hospital de S. José desde 1887 (com um interregno entre 1889 e 1901) tinha a duração de três anos para o pessoal de enfermagem com funções administrativas¹⁷. Não podemos, por isso, excluir a possibilidade das alunas da Cruzada frequentarem uma parte desta formação.

Apesar do interesse demonstrado por “muitas senhoras”¹⁸, dos importantes donativos recebidos, do “entusiástico acolhimento e da decidida

¹⁴ “Carta de Ana de Castro Osório para o Ministro da Guerra”, em 27/08/1917. LC-A-CMP-Pasta 6.

¹⁵ O que outrora era designado como banco é hoje conhecido como o serviço de urgência dos hospitais.

¹⁶ “Enfermagem da Cruzada”, in *A Capital, diário republicano da noite*, n.º 2405 (26/04/1917), p. 2.

¹⁷ “Decreto 4.563”, *Diário do Governo* n.º 155 (12/07/1918), p. 1161; Maria Isabel Soares, *Da Blusa de Brim à Touca Branca, Contributo para a História do Ensino de Enfermagem em Portugal (1880-1950)*, Lisboa, Educa, Associação Portuguesa de Enfermeiros, 1997, pp. 25-38.

¹⁸ “Uma obra sympathica, a Cruzada das Mulheres Portuguezas”, in *A Capital, diário repu-*

boa vontade que tal iniciativa encontrou por parte dos médicos e dos dirigentes dos hospitais civis¹⁹, e do esforço para fundar uma escola de enfermagem no Hospital de S. Lázaro, esta comissão acabou por se demitir em Julho de 1917²⁰.

Uma nova comissão, presidida por Maria Francisca de Abreu e Sousa Guerra e secretariada por Ana de Castro Osório²¹, iniciou rapidamente as actividades, anunciando nos jornais o desejo urgente de formar um corpo de enfermeiras de guerra. Apelava às senhoras interessadas pelos cursos para se inscreverem, bem como às que já detinham um diploma de enfermagem para enviarem os respectivos certificados e outros documentos para fazerem o estágio num dos hospitais militares. Deveriam, também, indicar no requerimento se pretendiam ficar em Portugal ou seguir para os teatros de guerra e se desejavam efectuar uma especialização. A Cruzada insistia na “rigorosa linha de alta moralidade” das futuras enfermeiras dentro e fora dos hospitais²², respondendo às pessoas que consideravam “excessivas as garantias exigidas” que tinham um “dever de honra” para criar a enfermagem militar feminina²³.

Requerimentos e inspecções médicas

O primeiro passo para poder ser enfermeira de guerra passava pela redacção de um requerimento, no qual se registavam as pretensões. Paulina requereu a sua admissão ao curso de enfermagem de mutilados porque

blicano da noite, n.º 2399 (20/04/1917), p. 1.

¹⁹ Cruzada das Mulheres Portuguesas, *Relatório da Comissão de Enfermagem da Cruzada, Aprovado em assembleia geral ordinária de 9 de Março de 1917*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1917, p. 12.

²⁰ “Acta 1 de 28/07/1917”, *Livro de Actas da Comissão Central da Cruzada das Mulheres Portuguesas*. LC-ACMP-Pasta 1, “Cruzada das Mulheres Portuguesas, Agradecimento da Comissão de Enfermagem”, in *A Capital, diário republicano da noite*, n.º 2500 (1/08/1917), p. 3.

²¹ Em Julho de 1917, integravam ainda esta comissão: Otilia Gomes Simões Rodrigues (tesoureira), Bernardina Serrão Velez (2ª secretária), Sofia Quintino (delegada técnica), Joaquina Dias Ferreira e Laura Chaves como vogais. “Acta de 31/07/1917”, *Livro de Actas da Comissão de Enfermagem*, f. 1. LC-ACMP-Pasta 7.

²² “Cruzada das Mulheres Portuguesas, o curso de enfermagem”, in *A Capital, diário republicano da noite*, n.º 2501 (2/08/1917), p. 3.

²³ “Cruzada das Mulheres Portuguesas, inscrição para enfermeiras de guerra”, in *A Capital, diário republicano da noite*, n.º 2511 (12/08/1917), p. 2.

desejava “(...) ir tratar dos nossos soldados que de França vierem mutilados, pois é seu dever cumprir tão nobre missão para assim poder honrar o tão alto nome que Portugal sempre tem obtido, desde remotas eras”²⁴. Segundo a nossa análise estatística, entre Agosto e Dezembro de 1917, a Cruzada recebeu 148 requerimentos, com mais ou menos detalhes sobre como as portuguesas desejavam contribuir, algumas acrescentando que já tinham um diploma ou experiência em enfermagem, outras que sabiam francês e/ou inglês. Mais de dois terços requeriam a inscrição nos cursos, um sexto queria participar nas actividades de enfermagem da Cruzada e 7,4% pediam a admissão ao exame, no seguimento do curso realizado no Hospital de S. José²⁵.

Algumas das cartas deixam transparecer um discurso patriótico muito semelhante ao da Cruzada, como Ester que refere que “(...) o esforço feminino está sendo apreciado, tanto no campo de batalha como no nosso território, sendo a enfermagem um dos campos activos em que a mulher pode e deve mostrar que o valor patriótico e altruísta é nato em todos os corações das mulheres portuguesas”²⁶.

Em vários momentos, a Cruzada revelava que “(...) as senhoras portuguesas tomaram a peito não se mostrarem inferiores às dos outros países [sic]”, deixando a instituição satisfeita pelo interesse demonstrado²⁷.

Depois deste primeiro passo, as candidatas eram chamadas à inspecção médica. Entre Agosto e Dezembro de 1917, 176 mulheres apresentaram-se no Hospital Militar da Estrela perante três médicos que compunham a junta. Entre elas, 46 foram consideradas “reprovadas”, dezassete não tinham a robustez necessária, onze sofriam de problemas cardíacos, seis eram dadas como tuberculosas ou pré-tuberculosas e outras cinco apre-

²⁴ “Carta de Paulina P. do Patrocínio Costa”, em 18/09/1917. LC-ACMP-Pasta 5.

²⁵ Nos requerimentos surgiram outros pedidos como partir para França (2,7%), “prestar serviço” (1,4%), ser admitida à inspecção médica (1,4%) e outros (0,7%). LC-ACMP-Pasta 3.

²⁶ “Carta de Ester F. Delié”, em 5/12/1917. LC-ACMP-Pasta 5.

²⁷ “Cruzada das Mulheres Portuguezas”, in *A Capital, diário republicano da noite*, n.º 2569 (14/10/1917), p. 1; “Cruzada das Mulheres Portuguezas”, in *A Capital, diário republicano da noite*, n.º 2520 (21/08/1917), p. 2; Ana de Castro Osório, *Em Tempo de Guerra, aos soldados e às mulheres do meu país*, Lisboa, Ventura e Companhia, 1918, pp. 111-112.

sentavam problemas respiratórios²⁸. A análise revelou, ainda, que doze passaram em nova inspecção médica, sendo nove consideradas como aptas para o serviço de enfermagem, e que, algumas delas, concluíram o curso de enfermagem com distinção.

Apesar de desconhecermos os motivos que levaram a estas novas inspecções, podemos supor que a insistência de algumas candidatas pode ter ajudado nesse sentido. Por outro lado, a maioria das que foram aprovadas na segunda inspecção, tinha sido considerada pouco robusta, o que, em si, é uma noção pouco concreta. Podemos presumir que os médicos possam ter sido menos rigorosos, ou que o estado de saúde das pretendentes tivesse melhorado, como no caso de Emília. Esta tinha oferecido os seus serviços à Cruzada como enfermeira, em finais de Julho, declarando-se, então, como “pobre” e com “(...) coragem como as demais mulheres portuguesas”²⁹. Em meados de Agosto de 1917, foi recusada na inspecção por pré-tuberculose, mas um mês depois requereu nova inspecção, alegando que “(...) tendo estado fora acha-se nas condições desejadas”. Emília foi dada como apta em inícios de Outubro³⁰.

As primeiras estagiárias

Como já referimos, a primeira Comissão de Enfermagem abriu um curso de enfermagem no Hospital de S. José em Maio de 1917. Após terem cursado três meses, Maria Guilhermina e Cecília requereram a admissão ao exame perante um júri, que incluía um médico nomeado pelo Ministro da Guerra³¹. Os exames realizaram-se nos dias 20 e 21 de Agosto e, das catorze candidatas, apenas nove foram aprovadas. Três delas não foram chamadas para estágio por não darem “garantias de se-

²⁸ Outras três eram “prejudicadas pela idade”, duas sofriam de problemas vasculares, uma de obesidade e um motivo é desconhecido. *Livro de Registo de Candidatas a Enfermeira*. LC-ACMP-Pastas 5,6,7.

²⁹ “Carta de Emília Pires da Silva para Palmira Pádua”, em 29/07/1917. LC-ACMP-Pasta 5.

³⁰ “Carta de Emília Pires da Silva para a Comissão de Enfermagem”, em 19/09/1917. LC-ACMP-Pasta 5.

³¹ “Carta de Ana de Castro Osório para o Ministro da Guerra”, em 1/08/1917. LC-ACMP-Pasta 6; “Cruzada das Mulheres Portuguezas”, in *A Capital, diário republicano da noite*, n.º 2514 (15/08/1917), p. 3.

riedade”, ou pela “maneira impertinente como se apresenta”³², provando que a Cruzada tentava fazer uma selecção rigorosa das futuras enfermeiras. Ana de Castro Osório referia, na altura, que o resultado do curso “não foi brilhante”, acrescentando comentários sobre as alunas como sendo “moralmente” incompetentes ou não recomendáveis³³.

Uma das primeiras senhoras que se ofereceu para integrar a enfermagem da Cruzada, Amélia Trigueiros Sampaio, frequentou este curso porque foi considerada apta na segunda inspecção médica. Detentora de uma “longa pratica de serviço de administração hospitalar nos Sanatórios de Setúbal e Guarda e em asilos”, Amélia não foi eliminada apesar dos seus 50 anos (ultrapassando o limite de idade legal), tendo até sido escolhida para ser “delegada especial” com responsabilidades administrativas e hierárquicas e “dirigente moral e fiadora” das outras candidatas durante o estágio³⁴. Antes, teve de efectuar o exame teórico, uma vez que o atestado que apresentou não foi aceite pelo Ministro da Guerra, revelando que este acompanhava de perto todo o processo de formação das futuras enfermeiras. Amélia foi aprovada no exame que realizou em Outubro de 1917, perante o Tenente-coronel médico João Carlos Mascarenhas de Mello, a Dra. Sofia Quintino e outros dois médicos militares nomeados pelo Director do Hospital Militar da Estrela³⁵. A 10 de Outubro de 1917, iniciou aqui o seu estágio como chefe de grupo, juntamente com quatro colegas do curso de S. José³⁶. O grupo incluía ainda seis outras estagiárias: Virgínia Rosa e outras três diplomadas da Cruz Vermelha Portuguesa, Encarnação Sanchez do Instituto Rubio de Madrid e Natividade Ximenes da *Ecole Française d’Orthopédie et de Massage* do Dr. Paul Archamband. O estágio decorreu com alguns percalços, pois

³² *Livro de Registo dos Exames das Alunas Enfermeiras*, LC-ACMP-Pasta 8.

³³ “Carta de Ana de Castro Osório para o Inspector Geral de Saúde”, em 1/09/1917. LC-ACMP-Pasta 6.

³⁴ “Carta de Ana de Castro Osório para o Ministro da Guerra”, em 16/09/1917. LC-ACMP-Pasta 6.

³⁵ “Carta de Ana de Castro Osório para o Inspector Geral de Saúde”, em 28/09/1917. LC-ACMP-Pasta 6.

³⁶ “Carta do Inspector Geral de Saúde para Ana de Castro Osório”, em 3/10/1917. LC-ACMP-Pasta 6; “Enfermeiras da «Cruzada»”, in *A Capital, diário republicano da noite*, n.º 2562 (7/10/1917), p. 2.

deste grupo de onze senhoras, uma nunca se apresentou, outra foi expulsa por comportamento incorrecto e falta de disciplina, quatro desistiram e a própria Amélia foi afastada pela hierarquia militar³⁷. As razões para o seu afastamento permanecem obscuras, mas estariam ligadas a uma falta de disciplina militar. Sobre este assunto, o Ministro da Guerra referia que ela deveria ser disciplinadora, mas não agressiva, e que pela mesma ocasião dois sargentos foram também fortemente castigados³⁸.

Uma das estagiárias que desistiu foi Natividade Ximenes, para poder cuidar do filho que regressara doente³⁹. Natural de Santarém, casada, com 39 anos, Natividade tinha já alguma experiência nos Hospitais Cívicos e, sobretudo, no Hospital Militar da Estrela, recebendo a medalha de prata pelos serviços prestados, em Maio de 1915. Apesar de não ter concluído o estágio e de não ter recebido o diploma da Cruzada, foi muito provavelmente esta experiência e os seus conhecimentos teóricos que contribuíram para que fosse nomeada enfermeira militar, prestando serviço no Hospital da Base n.º 2 em Ambleteuse (norte de França), entre Junho e Novembro de 1918⁴⁰.

Este não foi o único caso de enfermeiras militares recrutadas sem o diploma da Cruzada. Deste primeiro grupo de estagiárias, cinco partiram para França em 1918, mas apenas uma obteve o diploma. Cecília de Freitas, solteira, natural de Lisboa, com 34 anos de idade, concluiu em meados de Janeiro de 1918 o estágio no Hospital da Estrela, juntamente com Virgínia Rosa e Maria Guilhermina⁴¹. Serviram, depois, no Hospital de Campolide⁴² durante dois meses, voluntariamente. Ana de

³⁷ *Livro de Registo dos Exames das Alunas Enfermeiras*, LC-ACMP-Pasta 8; “Carta do Director do Hospital Militar de Lisboa para Ana de Castro Osório”, em 27/10/1917. LC-ACMP-Pasta 6.

³⁸ Correspondência diversa. LC-ACMP-Pasta 6. “Acta de 20/12/1917”. *Livro de Actas da Comissão de Enfermagem*, f. 11-15. LC-ACMP-Pasta 7.

³⁹ “Carta de Natividade Ximenes para Ana de Castro Osório”, s/d. LC-ACMP-Pasta 6.

⁴⁰ PT AHM-DIV-1-35A-3-01-0072.

⁴¹ PT AHM-DIV-1-35A-3-01-0067; Correspondência diversa entre Ana de Castro Osório e Abílio Barreto, Janeiro de 1918, LC-ACMP-Pasta 6.

⁴² Também conhecido por Policlínico de Campolide, foi adaptado pela Cruzada para receber soldados regressados da Grande Guerra, em parte com financiamento estatal. Aquando da abertura, em 29 de Novembro de 1917, era dirigido por Francisco Gentil e gerido pela Comissão de Hospitalização da Cruzada, mas ficou na posse do Estado em Janeiro do ano seguinte. “Inauguração do Hospital de Campolide”, in *A Capital, diário*

Castro Osório referiu que não podiam passar o diploma, dado que as informações do director do hospital, Dr. Abílio Barreto, relativas aos seus serviços eram negativas. Sem mais explicações, a Cruzada informou o Ministro da Guerra, a 25 de Março, que passavam o diploma a Cecília de Freitas por considerar-se que tinha as qualidades morais exigidas⁴³.

O caso de Maria Guilhermina e Virgínia Rosa é diferente e extremamente interessante, pois permite-nos perceber o funcionamento da Cruzada em meados de 1918, bem como as relações com o governo de Sidónio Pais. Virgínia Rosa Ferreira de Almeida, solteira, natural de Lisboa, 25 anos, frequentara o curso de enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa, tinha experiência como enfermeira nos Hospitais D. Estefânia e da Junqueira e pretendia ser das primeiras a partir para França⁴⁴. Um desejo que viu realizar-se ao embarcar em Abril de 1918, juntamente com Maria Guilhermina de Castro da Mesquita Sá Meneses, solteira, do distrito da Guarda, com 27 anos, que frequentou o curso no Hospital de S. José como já mencionamos⁴⁵. A nomeação de ambas provocou um protesto por parte da Cruzada, que questionava se estava ainda em vigor a legislação sobre as enfermeiras de guerra. Os seus membros sentiam-se desautorizados e queriam, por isso, suspender os trabalhos até serem novamente respeitados⁴⁶. Sobre este assunto, tinha sido decidido, em reunião extraordinária, pelos membros da Comissão de Enfermagem da Cruzada, que apenas passavam diplomas às estagiárias que o merecessem, tanto pelas qualidades de carácter como pelos actos “(..) de dignidade moral, de boa educação, de disciplina e de absoluta isenção e devoção patriótica, a par do mais absoluto desinteresse e abnegação”. Em vez de um grande número de enfermeiras, desejavam, antes, as que “(..) honrem as mulheres portuguesas” e a enfermagem da Cruzada⁴⁷.

republicano da noite, n.º 2616 (29/11/1917), p. 1; “Decreto 3.732”, *Diário do Governo* n.º 6 (02/01/1918), p. 14.

⁴³ Correspondência diversa. LC-ACMP-Pasta 6.

⁴⁴ “Carta de Virgínia Rosa Almeida para a Comissão de Enfermagem”, em 25/09/1917. LC-ACMP-Pasta 5.

⁴⁵ PT AHM-DIV-1-35A-3-01-0073.

⁴⁶ “Carta de Ana de Castro Osório para o Inspector Geral de Saúde”, em 14/04/1918. LC-ACMP-Pasta 6.

⁴⁷ “Carta de Ana de Castro Osório para o Inspector Geral de Saúde”, s/d. LC-ACMP-

Apesar desta ideia ter sido transmitida frequentemente às estagiárias, acrescentam que Virgínia foi dispensada porque se ausentou do Hospital de Campolide sem licença, tendo passado a noite fora, demonstrando falta de disciplina e de espírito de sacrifício. Já Maria Guilhermina não terá sido obediente nem disciplinada e fora “desleal para as suas companheiras”, em particular, para Amélia e Cecília. Por outro lado, diziam saber que Maria Guilhermina passeava acompanhada (subentende-se por um homem) e que lhe faltava sinceridade bem como conhecimentos básicos de português. Por último, esta era ainda acusada de ser ambiciosa e de ter combinado a ida para França sem conhecimento da Cruzada⁴⁸. Esta conclusão advinha do bilhete encontrado no bolso do avental que deixara no Hospital de Campolide e que chegou às mãos de Ana de Castro Osório. Neste bilhete, conservado no Arquivo da Cruzada, Maria Guilhermina dizia que “(...) a Cruzada não tem nada com as enfermeiras que são uma coisa completamente à parte” e que ia ser nomeada “sem a cruzada saber”. Acrescentava, ainda, que ela e outras duas enfermeiras iam tomar conta da organização do Hospital de Hendaia (sudoeste de França) referindo “(...), vamos na melhor ocasião que decerto os melhores logares [sic] são para nos em virtude de sermos as primeiras”⁴⁹.

Perante esta situação, a Cruzada insistia que as enfermeiras deveriam ter “caridade cristã para tratarem os doentes como se fossem membros da sua própria família”, deixando clara a importância dada aos valores morais das futuras enfermeiras. Sob o ponto de vista político, e invocando o “difícil mandato” que assumira, referia que “(...) pode o actual governo não concordar com esta maneira de proceder”, mas “não pode é ser obrigada a passar o diploma àquelas que julgar não o merecerem em sua absoluta autonomia de julgamento”⁵⁰. Esta posição revela que a Cruzada pretendia manter a sua autonomia e recusava ceder a pressões políticas na matéria dos diplomas. Convém recordar que contara com o importante apoio de Bernardino Machado e de Norton de Matos, tendo

-Pasta 6.

⁴⁸ *Idem, ibidem*.

⁴⁹ “Bilhete encontrado por Maria Luísa de Sá Viana”, em 25/03/1918. LC-ACMP-Pasta 6.

⁵⁰ “Carta de Ana de Castro Osório para o Inspector Geral de Saúde”, s/d. LC-ACMP-Pasta 6.

perdido privilégios com o golpe de Estado de 5 de Dezembro de 1917. Os documentos do seu arquivo deixam transparecer algum receio relativamente ao futuro da instituição e da enfermagem militar. Como resumiu Maria Lúcia de Brito, a aproximação política fora um ponto forte para a Cruzada, o que a tornou também num alvo fácil de críticas sob o sidonismo⁵¹.

Outro curso e outros estágios

Através do bilhete encontrado, ficamos a saber que três senhoras partiriam para França, o que ficou comprovado nas informações das fichas das enfermeiras disponíveis no Arquivo Histórico Militar. A terceira enfermeira seria Maria Augusta Fernandes, 26 anos, solteira, natural de Lisboa, com um caminho diferente do anteriormente descrito, uma vez que efectuou um outro curso e estágio, tal como algumas colegas mais⁵².

Maria Augusta seguiu o percurso inicial, enviando um requerimento e passando na inspecção médica. Foi admitida no curso que começou na segunda quinzena de Agosto de 1917, regido pela Dra. Sofia Quintino⁵³. Esta elaborara o programa juntamente com o Dr. Tovar de Lemos, no início de Agosto, aprovado pelo Ministro da Guerra. Para além dos conteúdos habituais dos cursos de enfermagem (Anatomia, Fisiologia, pensos, assepsia e anti-sepsia), o programa incluía socorros urgentes, massagens, hidroterapia, os deveres da enfermeira e a hierarquia militar. Existia, ainda, uma “parte especial” a ser estudada pelas enfermeiras que iriam trabalhar no Instituto de Reabilitação dos Mutilados de Guerra⁵⁴.

⁵¹ LC-ACMP-Pasta 6; Maria Lúcia de Brito, “A Assistência aos combatentes na I Guerra Mundial: um conflito ideológico”, in *Revista Portuguesa de História* n.º 38, 2006, pp. 41-75.

⁵² *Livro de Registo dos Exames das Alunas Enfermeiras*, LC-ACMP-Pasta 8; *Livro de Registo de Candidatas a Enfermeira*, LC-ACMP-Pasta 7.

⁵³ “Cruzada das Mulheres Portuguezas”, in *A Capital, diário republicano da noite*, n.º 2513 (14/08/1917), p. 3; “Cruzada das Mulheres Portuguezas”, in *A Capital, diário republicano da noite*, n.º 2517 (18/08/1917), p. 2; “Cruzada das Mulheres Portuguezas”, in *A Capital, diário republicano da noite*, n.º 2529 (30/08/1917), p. 3.

⁵⁴ “Programa do curso de enfermeira de guerra”, em 4/08/1917. LC-ACMP-Pasta 3; “Carta de Ana de Castro Osório para o Ministro da Guerra”, em 8/08/1917. LC-ACMP-Pasta 6; “Portaria 1.124”, *Diário do Governo* n.º 186 (27/10/1917), pp. 1052-1053.

As alunas deste curso, considerado como o primeiro da Cruzada e um “verdadeiro triunfo”, tiveram exame teórico nos dias 1 e 2 de Novembro de 1917. Das 27 presentes, 23 passaram com sucesso, e uma delas, Maria Augusta, foi aprovada com distinção⁵⁵. De seguida, foram constituídos dois grupos, cada um com dez elementos, para realizarem o estágio no Hospital Militar de Belém ou no Hospital Militar da Estrela. Juntamente com as colegas, Maria Augusta iniciou o estágio no Hospital de Belém a 3 de Dezembro, concluindo-o no final de Março de 1918, ficando sob a orientação de Encarnação Peres⁵⁶. Esta, solteira, natural de Santarém, diplomada pelo Instituto Rubio de Madrid, estagiara no Hospital da Estrela desde Outubro de 1917, com Maria Guilhermina, Virgínia e Cecília, e fora escolhida para chefiar o grupo que ia estagiar em Belém (Fig. 1). Contudo, foi criticada pelos médicos que diziam ter muito a aprender como enfermeira-chefe, pois era parcial e injusta para com as colegas, além dos “poucos conhecimentos technicos” [sic]. Talvez devido a estes pareceres, foi-lhe passado somente um atestado honroso da parte da Cruzada (e não o diploma). Mesmo sem diploma e com críticas aos seus conhecimentos, partiu para França como enfermeira militar oficial e serviu no Hospital de Base n.º 2, entre Junho e Novembro de 1918⁵⁷.

Denota-se que os critérios para a atribuição dos diplomas não eram claros, pois apesar das várias punições infringidas a Maria Augusta durante o estágio, conseguiu o diploma em Abril de 1918. Foi repreendida várias vezes e mesmo admoestada pela proximidade que mantinha com um médico e com um doente, conduta considerada incorrecta e “desfavorável a todas e para a Cruzada”. Indicou-se a sua expulsão, que não conheceu uma concretização oficial porque o estágio estava na fase final. Clotilde fora, também, censurada em várias ocasiões por chorar frequentemente⁵⁸. Os relatórios dos médicos do Hospital de Belém são bastante elogiosos quanto à prestação dos seus serviços, alargados a Ma-

⁵⁵ Ana de Castro Osório, *Em Tempo de Guerra*, op. cit., p. 48; “Carta de Ana de Castro Osório para o Ministro da Guerra”, em 5/11/1917. LC-ACMP-Pasta 6.

⁵⁶ *Livro de Registo dos Exames das Alunas Enfermeiras*, LC-ACMP-Pasta 8.

⁵⁷ PT AHM-DIV-1-35A-3-01-0069; Documentos diversos. LC-ACMP-Pasta 6.

⁵⁸ “Relatório do estágio no Hospital de Belém por Encarnação Sanchez Peres”. LC-ACMP-Pasta 6.

ria Augusta, e Maria de Lurdes. A enfermeira-chefe, Encarnação Sanchez, confirma que as três “(...) mostraram prontidão e solicitude no desempenho dos seus serviços sendo o seu comportamento dentro do hospital regular”. Do grupo de dez estagiárias, sete receberam o diploma, incluindo estas três senhoras, que seguiram para França juntamente com Felizarda Faria e Encarnação Sanchez⁵⁹.

Das dez estagiárias do Hospital da Estrela, cujo estágio iniciaram no começo de Dezembro de 1917, uma não compareceu, outra foi expulsa e apenas três partiram para França. Sobre uma outra, Ana de Castro Osório dizia que “(...) deixou de fazer parte da Cruzada e as informações morais que temos não no-la [sic] tornam apreciável para desempenhar para nós a altíssima missão de Enfermeira de Guerra”⁶⁰. A Cruzada continuava a insistir na importância de um comportamento exemplar, não hesitando em excluir algumas candidatas. Por outro lado, as declarações dos médicos nem sempre eram positivas, revelando a falta de “condições físicas [sic] e conhecimentos completos para poder ser considerada uma enfermeira de guerra”⁶¹. Tendo em conta a curta duração da formação das estagiárias, estas críticas podem resultar da deficiente preparação.

Este grupo está particularmente marcado por um conjunto de acusações pelas próprias estagiárias, o que revela um ambiente pouco pacífico. Maria Luísa de Sá Viana, divorciada, natural de Timor, foi aprovada no exame de 2 de Novembro de 1917, com distinção, tendo sido escolhida como chefe deste grupo⁶². Queixou-se a Ana de Castro Osório de ataques à sua moralidade e “dignidade”, através de calúnias proferidas, mesmo, pelo próprio director do Hospital da Estrela⁶³. A Cruzada passou-lhe o diploma, aproveitando para apelar ao respeito entre colegas.

⁵⁹ Documentos diversos. LC-ACMP-Pasta 6; PT AHM-DIV-1-35A-3-01-0066; PT AHM-DIV-1-35A-3-01-0069; PT AHM-DIV-1-35A-3-01-0070; PT AHM-DIV-1-35A-3-01-0075; PT AHM-DIV-1-35A-3-01-0078.

⁶⁰ “Carta de Ana de Castro Osório para o Inspector Geral de Saúde”, em 8/05/1918. LC-ACMP-Pasta 6.

⁶¹ “Carta do Director do Hospital Militar de Lisboa”, em 8/05/1918. LC-ACMP-Pasta 5.

⁶² PT AHM-DIV-1-35A-3-01-0065; *Livro de Registo dos Exames das Alunas Enfermeiras*, LC-ACMP-Pasta 8.

⁶³ “Carta de Maria Luísa de Sá Viana para Ana de Castro Osório”, em 7/04/1918. LC-ACMP-Pasta 6.

Maria Luísa comprometeu-se a fazê-lo, “(...) como se todas nós fôssemos uma só família um só lar” declarando “empregarei todas as minhas forças (como sempre) e a minha bôa [sic] vontade para cumprir com os meus deveres, honrando a posição que por este diploma me possa vir a ser dado, honrando a agremiação da CMP da qual tenho a ventura de pertencer”⁶⁴.

As acusações entre colegas deste grupo multiplicam-se, levando à expulsão de uma delas por ter recebido um sargento nos seus aposentos, situação confirmada pela estagiária com quem os partilhava⁶⁵. Estas acusações, nem sempre eram fundamentadas ou comprovadas. Algumas tinham comentários positivos dos médicos, como Palmira Pinho, louvada pelo zelo, carinho, dedicação e excepcional aproveitamento com que trabalhava, demonstrando inteligência e vontade. Pairavam algumas dúvidas sobre a questão moral que lhe respeitava, o que não a impediu de servir no Hospital da Base n.º 2 em Ambleteuse, entre Junho e Novembro de 1918⁶⁶. Uma outra estagiária, com informações positivas sobre o seu serviço, foi alvo de suspeitas de que teria abortado. A acusada defendeu-se, dizendo que não merecia que as colegas “por intertimento” [sic] falassem da sua vida particular, sendo ela recatada como sempre, esperando que as culpadas fossem castigadas. A Cruzada não concluiu o processo de averiguação dos factos e não lhe passou o diploma⁶⁷. As rivalidades entre as estagiárias afectaram negativamente algumas delas que não seguiram para França após a conclusão do estágio.

Através da leitura da vasta correspondência que integra o Arquivo da Cruzada, percebemos que havia também pessoas exteriores à instituição que se pronunciavam sobre o comportamento moral das futuras enfermeiras, informando, por exemplo, que “essa snra [sic] é indigna”, de “vida duvidosa e pouco honesta” e que frequentava a consulta do Hospital do Desterro (doenças venéreas). Como a tal senhora tinha atestados de bom comportamento e um pedido de “pessoa de importância”, o autor da carta receava a sua nomeação como enfermeira de guerra e pedia a

⁶⁴ “Carta de Ana de Castro Osório para Maria Luísa Sá Viana”, em 12/04/1918 e resposta em 13/04/1918. LC-ACMP-Pasta 6.

⁶⁵ Correspondência diversa. LC-ACMP-Pasta 6.

⁶⁶ Correspondência diversa. LC-ACMP-Pasta 5, 6; PT AHM-DIV-1-35A-3-01-0064.

⁶⁷ Correspondência diversa. LC-ACMP-Pasta 6.

intervenção da Cruzada⁶⁸. Todas estas informações eram tidas em conta no momento de serem passados os diplomas, reduzindo o seu número.

Batismo de sangue

O número reduzido de cursos também não contribuiu para desenvolver o corpo das enfermeiras militares⁶⁹. Ficou por concluir o último curso, iniciado a 7 de Novembro de 1917, que decorreu no Asilo José Estêvão, sob a responsabilidade da Dra. Sofia Quintino. Segundo o jornal *A Capital*, as alunas foram recrutadas com o “maior escrúpulo” e esperava-se delas “trabalho, disciplina e boa vontade”⁷⁰. Desconhecemos quantas alunas frequentaram o curso mas, segundo os registos do arquivo, mais 41 senhoras estariam inscritas no curso geral da Cruzada, desistindo, pelo menos, oito⁷¹. Este curso foi interrompido na sequência do golpe de Estado de 5 de Dezembro, tendo em conta que o novo Ministro da Guerra nunca respondeu ao ofício da Cruzada sobre a continuação das actividades, decidindo-se manter só os estágios que estavam a decorrer⁷².

Este grupo ficou tristemente marcado pelo falecimento de uma das alunas, na sequência do golpe de Estado. Lucinda de Jesus Moreira, 30 anos, natural de Braga, separada, quis acompanhar Amélia Trigueiros Sampaio até casa, quando foi atingida por um estilhaço de granada⁷³.

⁶⁸ Processos individuais. LC-ACMP-Pasta 5.

⁶⁹ A Cruzada pediu à Junta Patriótica do Norte para organizar um curso de enfermagem no Porto, o que a Junta aceitou desde que as senhoras tivessem as mesmas garantias da Cruzada, o que parece não ter sido concedido possivelmente devido às alterações do poder político. “Carta do Presidente da Junta Patriótica do Norte para o Ministro da Guerra”, em 15/12/1917. PT AHM-DIV-1-35-1298.

⁷⁰ “Cruzada das Mulheres Portuguezas”, in *A Capital, diário republicano da noite*, n.º 2593 (7/11/1917), p. 1; “Carta de Ana de Castro Osório para o Inspector Geral de Saúde”, em 5/11/1917. LC-ACMP-Pasta 6.

⁷¹ *Livro de Registo de Candidatas a Enfermeira*, LC-ACMP-Pasta 7.

⁷² “Carta da Comissão de Enfermagem para o Ministro da Guerra”, em 22/12/1917. LC-ACMP-Pasta 6; Cruzada das Mulheres Portuguezas, *Comissão de Enfermagem, Relatório e contas*, Lisboa, s/ed., 1918, pp. 3-11; “Acta da primeira reunião da Comissão de Enfermagem da gerência 1918-1919, em 18/03/1918”, *Livro de Actas da Comissão de Enfermagem*, f. 16. LC-ACMP-Pasta 7.

⁷³ “Carta de Ana de Castro Osório para o Director do Hospital Militar da Estrela”, em 9/12/1917. LC-ACMP-Pasta 6; “Na morgue, reconhecimento de cadáveres”, in *A Capital, diário republicano da noite*, n.º 2624 (11/12/1917), p. 1.

O funeral foi feito pela Cruzada, na presença das colegas e elementos da instituição. Segundo consta no relatório das actividades, o “baptismo de sangue” não foi inútil pois “aferverou [sic] a abnegação de todas as suas colegas”⁷⁴.

Para além deste caso, nenhuma enfermeira militar faleceu durante a Grande Guerra, mesmo em França, não podendo trabalhar, aqui, a menos de 10 quilómetros das linhas da frente, como fora definido no Decreto n.º 3.307. Esta medida foi respeitada, tendo as enfermeiras portuguesas trabalhado em vários hospitais afastados dos combates, como o Hospital Militar de Hendaia, na fronteira com Espanha.

Por terras francesas

Como vimos, após os cursos e estágios da Cruzada, houve senhoras que partiram para França mesmo sem diploma, mobilizadas pelo Ministério da Guerra, ficando sob a sua alçada. Apesar de ausências nas fontes, conseguimos acompanhar um ou outro percurso por terras francesas. Se algumas foram louvadas pelos seus serviços, outras foram também alvo de punições, como Virgínia e Clotilde (Fig. 2). Esta fez o curso da Cruzada, estagiou quatro meses no Hospital de Belém e recebeu o diploma em Abril de 1918, provavelmente devido à sua experiência de seis anos nos Hospitais Cívicos. No mês seguinte, partiu para França onde serviu, primeiramente, no Hospital da Base n.º 2 (Ambleteuse) e, depois, no Hospital de Hendaia, de 1 de Julho de 1918 até à sua extinção, em finais de Fevereiro de 1919. Foi, aqui, repreendida em Novembro pelo Director “(..) por ter mostrado zelo insuficiente e falta de boa vontade no seu serviço, não vigiando os serventes de vela” e por não ter cumprido instruções relativas a um doente que era oficial do exército, repreensão que contestou⁷⁵. Virgínia, uma das três enfermeiras que partiram em Abril de 1918, para servirem no Hospital de Hendaia durante dez meses, foi repreendida pelo Director do hospital em Outubro por consentir que a lavagem da loiça da enfermagem dos oficiais “fosse realizada [sic] em

⁷⁴ Cruzada das Mulheres Portuguesas, *Comissão de Enfermagem*, op. cit., p. 8.

⁷⁵ PT AHM-DIV-1-35A-3-01-0078; PT AHM-DIV-1-35-670-11.

deploráveis condições de hygiene [sic] e de limpeza”, o que revelou “insuficiente zelo e comprehensao [sic] dos seus deveres”⁷⁶.

Constatamos que o comportamento das enfermeiras em França, nalguns casos, revelou-se diferente do estágio. Maria do Rosado Prego, viúva, nascida em 1878, era enfermeira diplomada pelos Hospitais Civis de Lisboa (em 1917), onde trabalhou nove anos. Apesar do estágio no Hospital de Belém, a Cruzada não lhe passou o diploma, como consequência, provavelmente, das várias repreensões que lhe foram dirigidas durante o estágio pela enfermeira-chefe. Tiveram como justificação o comportamento desadequado (chorar ou falar alto), o registo, pelos médicos, dos “escassos conhecimentos technicos [sic]” e a educação deficiente, embora se reconhecesse a sua boa vontade e dedicação. Desde finais de Maio de 1918, Maria do Rosado prestou serviço no Hospital da Base n.º 2, seguindo dois meses depois para Hendaia, onde trabalhou até o hospital ser extinto. Substituiu, aqui, a enfermeira-chefe durante os dez dias em que esteve ausente. Foi condecorada com a medalha comemorativa da campanha de França⁷⁷. Também Maria Augusta recebeu esta medalha pelos serviços prestados no mesmo hospital, entre 26 de Abril de 1918 e 26 de Fevereiro de 1919, mesmo contando com várias punições enquanto estagiou no Hospital de Belém⁷⁸.

Já a situação de Aurora Alves Loureiro foi diferente. Solteira, de 21 anos, natural de Lisboa, estagiou no Hospital da Estrela durante quatro meses e um mês no Hospital de Campolide, depois de passar o exame da Cruzada em Novembro de 1917, que lhe entregou o diploma. As elogiosas referências dos médicos sobre o seu desejo de aprender, zelo e bom comportamento, são contrariadas pela opinião da enfermeira-chefe que a considerava mal-criada. Segundo o Dr. Abílio Barreto, seria “falada” por causa de uma ligação a um alferes. Aurora embarcou em finais de Maio para França, servindo no Hospital da Base n.º 2 e, dois meses depois, no Hospital de Hendaia até encerrar. Ali foi constatada a sua gravidez, que seria anterior à ida para França. Deu à luz no início de

⁷⁶ PT AHM-DIV-1-35A-3-01-0074; PT AHM-DIV-1-35-670-11.

⁷⁷ Documentos diversos. LC-ACMP-Pasta 6; PT AHM-DIV-1-35A-3-01-0077.

⁷⁸ PT AHM-DIV-1-35A-3-01-0075.

Janeiro, declarando que o estado de saúde não lhe permitia “fazer serviço durante alguns dias”, o que foi confirmado pelo médico que a examinou e que lhe indicou repouso. Este caso revela que a Cruzada não evitou comportamentos que condenava, apesar da selecção rigorosa e da vigilância permanente. Ora as autoridades militares reconheceram o bom desempenho de Aurora com a atribuição da medalha comemorativa da campanha de França⁷⁹.

Assinalámos que a Cruzada se recusara a passar o diploma a Maria Guilhermina, porque considerava que não correspondia aos requisitos para ser enfermeira militar. Contudo, como Virgínia, foi das primeiras a ser mobilizada, em Abril. Integrou o Hospital de Hendaia durante dez meses. Em Agosto, foi nomeada enfermeira-chefe, o que prova que a Cruzada já não tinha qualquer interferência na carreira das enfermeiras militares. Maria Guilhermina também recebeu a medalha comemorativa⁸⁰. A sua colega de curso, Cecília de Freitas, obteve o diploma e prestou serviço no Hospital da Base n.º 2, entre Junho e Novembro de 1918, tendo sido louvada “pelos seus cuidados e diligência no tratamento dos doentes e na manutenção da higiene e disciplina das enfermeiras a seu cargo”⁸¹. O mesmo louvor foi atribuído a Felizarda da Conceição Faria, que trabalhou no mesmo hospital em igual período. Felizarda, divorciada, nascida em 1893 em Santiago do Cacém, teve um percurso exemplar, contando com a aprovação com distinção no exame de Novembro de 1917, e com o diploma da Cruzada depois de estagiar quatro meses no Hospital de Belém⁸².

Todas regressaram a Portugal quando foram dispensadas do serviço. O seu rasto é difícil de seguir. Sabemos que Felizarda, em 1982, quando já tinha 89 anos se queixava de ser inválida de guerra e que, como não pertencia aos Serviços Sociais das Forças Armadas, não tinha direito a assistência. Vivia, então, sozinha num lar perto da Estrela (Lisboa),

⁷⁹ Documentos diversos. LC-ACMP-Pasta 5 e 6; PT AHM-DIV-1-35A-3-01-0076; PT AHM-DIV-1-35-1416-05.

⁸⁰ PT AHM-DIV-1-35A-3-01-0073; PT AHM-DIV-1-35-671-05; PT AHM-DIV-1-35-1720-19

⁸¹ PT AHM-DIV-1-35A-3-01-0067; PT AHM-DIV-1-35-1395-02.

⁸² PT AHM-DIV-1-35A-3-01-0066; PT AHM-DIV-1-35-1395-02.

lamentando a falta de reconhecimento do seu contributo para a guerra e realçando que continuava a ouvir o barulho dos rebentamentos das bombas⁸³.

Considerações finais

Comparativamente a outros países beligerantes, destaca-se o número reduzido de enfermeiras militares que Portugal enviou para França. Das 139 senhoras dadas como aptas pela inspecção médica da Cruzada, apenas 10% chegaram a partir. Várias são as razões que justificam este número, entre elas, o contexto político nacional, as grandes expectativas e requisitos exigidos pelo governo e pela Cruzada⁸⁴, e a aplicação de um modelo estrangeiro por parte dos médicos, num curto espaço de tempo de formação. Constatamos, ainda, que a taxa de abandono era elevada, quer por motivo de doença, por retorno ao emprego anterior, ou devido ao ambiente de insídias que afastaram candidatas. Por último, a Cruzada teve uma capacidade reduzida para atrair enfermeiras profissionais já formadas, como consequência, presumivelmente, da selecção rigorosa estabelecida, com o objectivo de que as enfermeiras de guerra fossem um exemplo em termos profissionais e humanos.

Apesar das fontes transmitirem, sobretudo, os aspectos negativos, é nossa convicção que a Cruzada tudo fez para respeitar as medidas impostas no Decreto n.º 3.307. Contudo, acabaram por ser recrutadas como enfermeiras militares senhoras que não tinham o diploma da Cruzada, mas apenas um certificado (Fig. 3). Verificamos, ainda, que a questão do bom comportamento e dignidade moral foi essencial. Assim, o perfil tipo da enfermeira da Cruzada que serviu em França seria uma jovem solteira com cerca de 31 anos, natural de Lisboa, com o curso geral desta instituição,

⁸³ As enfermeiras nos hospitais afastados da frente sofreram as consequências da exposição aos gases de combate cujos efeitos persistiam durante várias horas. Maria Elivera Bento e Carlos Gil, “Zita de Sousa”, in *Revista Mais* n.º 6 (21/05/1982) consultado em 26/04/2017, <http://grandeguerra-marr.blogspot.fr/>.

⁸⁴ Era então exigido o certificado de instrução primária quando mais de 80% da população feminina era analfabeta. Direcção Geral de Estatística, *Anuário Estatístico de Portugal, ano de 1917, Capítulo IV Instrução Pública*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1920, p. 15.

um estágio de quatro meses num dos hospitais militares da capital e cerca de cinco meses de serviço como enfermeira naquele país.



Fig. 1 – Diploma da Cruzada das Mulheres Portuguesas.

Fonte: LC-ACMP-Pasta 8



Fig. 2 – Grupo de estagiárias da Cruzada no Hospital Militar de Belém (1918)

Fonte: *Ilustração Portuguesa*, II série, n.º 631 (25/03/1918), p. 229. Hemeroteca Municipal de Lisboa



Fig. 3 – Grupo de enfermeiras em Paris incluindo Encarnação Peres, Aurora Alves Loureiro, Maria do Rosário Prego, Cecília Freitas, Clotilde Gomes e Maria Guilhermina (1918)

Fonte: *Ilustração Portuguesa*, II série, n.º 644 (24/06/1918), p. 497. Hemeroteca Municipal de Lisboa